

# O EXÉRCITO DEVE SER O GRANDE MUDO

Questionado pelo vespertino «Ultima Hora» a propósito do projeto de lei do deputado Lúcio Bittencourt, que coibe aos militares pronunciamento pela imprensa, o deputado Raul Pilla, presidente do Partido Libertador, prestou as seguintes declarações:

As classes armadas ocupam, certamente, uma posição especial na organização política dos povos. Detentoras da força material, estão sujeitas a uma discipli-

plina, que seria incompatível com os direitos comuns dos cidadãos. Por isto, nos países politicamente mais adiantados, as forças armadas ficam inteiramente à parte, silenciosas e obedientes. São um instrumento de execução, não um órgão de deliberação. O militar vota, como cidadão que é e não pode deixar de ser, mas, se quer tomar parte saliente na vida pública, deve deixar o serviço ativo, para assim ficar em  
(Continua na 2.ª pag.)

igualdade de situação com o civil. Para exercer plenamente os direitos do cidadão comum, despreze-se da armadura, que este não possui.

Nos países politicamente atrasados, como são em geral os países da America Latina, são realmente os militares que governam, expondo a própria classe a todos os riscos e azares da politica. Quando não sob ditadura militar vivem alguns países sob governos de origem e feitura militar.

Isto posto, poderia parecer que o projeto do illustre deputado Lúcio Bittencourt deveria merecer irrestritos aplausos. Mas é, em primeiro lugar, excessivamente amplo. Parece-me demais proibir aos officiaes, em função de comando, fazer declarações publicas de qualquer natureza. Conviria procurar definir melhor a natureza das declarações passíveis de sanção.

Em segundo lugar, preciso é não esquecer que estamos no Brasil republicano, isto é, presidencialista e ditatorial. Se tivemos governos militares, ou, mais exatamente militaristas, foi do seio das classes armadas que contra eles partiu a reação, talvez a única eficiente. E, ainda no seio delas, principalmente da sua mocidade, foi que surgiram aqueles gloriosos movimentos contra a ditadura constitucional imperante no Brasil, movimentos que desembocaram na malograda revolução de 1930.

E, agora, que vemos? Há, certamente, uma alta patente, cujo desporio é perturbar a vida pública. Mas há, também, sombrias perspectivas. E, se há possibilidade de as desviar, repousam elas, principalmente, na palavra e na ação dos chefes militares. Se alguns poucos poderão inquietar a Nação, com a sua incontinencia, é da maioria deles que a Nação poderá sofrer a

segurança e a tranquillidade.

Assim, a doutrina, que o projeto Lúcio Bittencourt procura consubstanciar, está certa, mas não para o Brasil e o seu regime politico. O Exército deve ser, realmente, o «grande mudo», como lhe chamam em França, e, em ser mudo está uma das suas maiores glórias; mas isto só é realmente possível num regime politico que dê às Classes Armadas a certeza de que, qualquer que seja o governo, este governo representa, a todo momento, a vontade da Nação.

No Brasil, descontado o perigo inicial da quadra republicana, que foi de ostensiva ditadura militar, a verdade é que as Classes Armadas, longe de se intrometerem na vida politica, têm sido muitas vezes solicitadas a intervir nela pelos civis, ou oprimidos, ou ambiciosos. E isto, em consequencia do regime.

O projeto do illustre deputado Lúcio Bittencourt pressupõe, pois, um outro regime, isto é, o parlamentar. Mas, feita a reforma, talvez se tornasse inutil a lei proposta, pois as Classes Armadas volveriam naturalmente ao seu alveo natural e dele não tenderiam a sair.